

## COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

Francisco Wenderson Pereira de Souza<sup>1</sup>

Francisca Paula Soares Maia<sup>2</sup>

### Resumo:

Na América Latina, as fronteiras representam não apenas limites geográficos, mas também desafios para a integração regional, incluindo questões históricas, políticas e socioeconômicas que complicam os esforços de cooperação entre países vizinhos. Barreiras linguísticas, diferenças culturais e disparidades de desenvolvimento podem dificultar a construção de consenso e a implementação de políticas conjuntas. Além disso, conflitos territoriais, disputas por recursos naturais e questões de segurança representam obstáculos adicionais à cooperação regional. No entanto, apesar desses desafios, através de um levantamento bibliográfico na área, a luz de pesquisas contemporâneas, pode destacar várias soluções discutidas na literatura especializada. Isso inclui a necessidade de fortalecer as instituições regionais e os mecanismos de cooperação existentes, bem como a implementação de políticas de integração mais inclusivas e sustentáveis. O papel da diplomacia e da negociação também é enfatizado neste trabalho, juntamente com o envolvimento da sociedade civil, do setor privado e de organizações internacionais. Além disso, abordagens inovadoras, como o uso de tecnologias de informação e comunicação para promover a cooperação transfronteiriça e a gestão integrada de recursos naturais, são frequentemente discutidas, sejam em planos de governos ou em tratados de cooperação internacional. Ao analisar essas pesquisas, é possível identificar estratégias eficazes para superar os desafios e aproveitar as oportunidades da cooperação transfronteiriça na América Latina, promovendo assim um desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e sustentável em toda a região.

**Palavras Chaves:** Cooperação transfronteiriça; Integração regional; Fronteiras; América Latina.

## CROSS-BORDER COOPERATION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES OF REGIONAL INTEGRATION IN LATIN AMERICA

### Abstract:

In Latin America, borders represent not only geographic boundaries, but also challenges to regional integration, including historical, political, and socioeconomic issues that complicate cooperation efforts among neighboring countries. Linguistic barriers, cultural differences, and development disparities can hinder the building of consensus and the implementation of joint policies. Additionally, territorial conflicts, disputes over natural resources, and security concerns pose additional obstacles to regional cooperation. However, despite these challenges, through a literature review in the field, in light of contemporary research, various solutions discussed in specialized literature can be highlighted. This includes the need to strengthen regional institutions and existing cooperation mechanisms, as well as the implementation of more inclusive and sustainable integration policies. The role of diplomacy and negotiation is also emphasized in this work, along with the involvement of civil society, the private sector, and international organizations. Moreover, innovative approaches, such as the use of information and communication technologies to promote cross-border cooperation and the integrated management of natural resources, are frequently discussed, whether in government plans or international cooperation treaties. By analyzing these studies, it is possible to identify effective strategies to overcome challenges and seize opportunities for cross-border cooperation in Latin America, thereby promoting more equitable, inclusive, and sustainable development throughout the region.

**Keywords:** Cross-border cooperation; Regional integration; Borders; Latin America.

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Possui Graduação em Administração, Gestão Pública, Geografia e Relações Internacionais. E-mail: wendesongrimes@gmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Letras, licenciatura em Língua Portuguesa (1990). Mestrado (2003) e doutorado em Estudos (Sócio)Linguísticos (2012) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doutorado em formação de professores de língua adicional pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. E-mail: paula.maia@unila.edu.br.

## 1. Introdução

As fronteiras na América Latina são mais do que meros limites geográficos; elas representam desafios significativos para a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico. Estas fronteiras, muitas vezes permeáveis a questões históricas, políticas e culturais complexas, desempenham um papel crucial na dinâmica das relações entre os países da região. A cooperação transfronteiriça emerge como um elemento-chave para superar os desafios e aproveitar as oportunidades presentes neste contexto.

A complexidade das questões enfrentadas nas fronteiras latino-americanas se reflete na diversidade de desafios encontrados. Desde conflitos territoriais até diferenças culturais e socioeconômicas, esses desafios podem dificultar a cooperação efetiva entre os países vizinhos. Ademais, preocupações relacionadas à segurança e ao meio ambiente frequentemente aumentam a complexidade desse cenário.

Diante dessas dificuldades, surgem então os Tratados. Tais acordos de cooperação na América Latina desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico dos países membros, proporcionando uma variedade de benefícios que contribuem para o crescimento econômico sustentável e a estabilidade regional. Esses acordos promovem a integração econômica e comercial entre os países envolvidos, criando um ambiente propício para o aumento do comércio e dos investimentos. A redução de barreiras comerciais, tarifas e restrições alfandegárias facilita o fluxo de bens, serviços e capitais entre os países membros, estimulando o crescimento das atividades econômicas e a criação de empregos.

De maneira *sine qua non*, apesar dos desafios, a literatura especializada destaca a existência de soluções potenciais para promover uma maior cooperação e integração regional. Fortalecer as instituições regionais, implementar políticas de integração inclusivas e sustentáveis, e incentivar a diplomacia e o diálogo entre os países são algumas das estratégias discutidas na literatura como meios para enfrentar esses desafios.

Por meio de um levantamento bibliográfico atualizado, este artigo busca analisar as diferentes perspectivas sobre a cooperação transfronteiriça na América Latina, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades presentes nesse contexto. Além disso, pretende-se identificar estratégias eficazes para promover uma cooperação mais efetiva entre os países da região, visando a construção de um futuro mais próspero e sustentável para todos os seus habitantes.

## 2. Desenvolvimento

A presente secção, propõe uma análise aprofundada sobre o fenômeno da cooperação transfronteiriça, um conceito fundamental no contexto das relações internacionais e do desenvolvimento regional. Com o aumento da globalização e da interconexão entre nações, as fronteiras geográficas têm se tornado cada vez mais permeáveis, gerando uma série de desafios e oportunidades que exigem abordagens colaborativas e integradas.

## 2.1 A definição de fronteira e seus desafios intrínsecos

A definição de fronteira transcende sua mera delimitação geográfica e adquire uma complexidade multifacetada. Além de demarcar limites territoriais entre Estados ou regiões, as fronteiras são construções sociais e políticas que refletem dinâmicas históricas, culturais e econômicas. Elas representam zonas de interação e intercâmbio entre diferentes grupos étnicos, culturais e sociais, moldando identidades coletivas e relações de poder.

A fronteira também é um conceito permeável, sujeito a constantes transformações e negociações, influenciadas por fatores como migração, comércio, conflitos e cooperação transfronteiriça. Nesse sentido, a compreensão desse conceito, requer uma abordagem interdisciplinar, que leve em conta não apenas suas dimensões físicas e políticas, mas também suas implicações sociais, econômicas e ambientais, visando assim uma análise mais abrangente e contextualizada desse elemento fundamental na organização e dinâmica das sociedades humanas.

Conforme salientado por Raffestin (1993), a relação dialética entre a flexibilidade e a rigidez das fronteiras está intrinsecamente ligada ao exercício do poder. Em alguns momentos, esse poder busca manter a continuidade, movendo os limites; em outros, busca criar descontinuidade, estabelecendo novas demarcações. Como destaca Raffestin (1993, p. 164): “toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”. O limite, por conseguinte, se torna um sistema semântico, relacional e ideológico que serve como justificativa territorial para relações de poder e viabiliza a execução de projetos sócio-políticos e econômicos.

Entretanto, de acordo com Scherma (2012):

Existe um outro conceito que permeia esse debate e que, no entanto, é pouco explorado pelo *mainstream* de pesquisa das Relações Internacionais. Trata-se do conceito de “fronteira”, ou seja, uma porção específica de território localizada na divisa entre dois Estados e que, exatamente devido a esta característica geográfica, é um ponto onde as “Relações Internacionais” são mais corriqueiras. (SCHERMA, 2012, p. 103)

É interessante notar que, apesar de sua relevância, a fronteira muitas vezes é negligenciada ou simplificada nas análises convencionais das Relações Internacionais, que tendem a se concentrar em questões de poder, segurança e diplomacia entre Estados. No entanto, uma compreensão mais profunda das fronteiras pode proporcionar insights valiosos sobre temas como migração, comércio transfronteiriço, conflitos territoriais, cooperação regional e identidade nacional.

As regiões de fronteira muitas vezes possuem rica diversidade cultural e patrimônio histórico. Promover o turismo sustentável nessas áreas pode gerar renda, empregos e valorização da cultura local. A criação de roteiros turísticos que exploram a herança cultural e a beleza natural pode atrair visitantes e fomentar o desenvolvimento local (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014).

A fronteira, entendida como um espaço de transição e interação entre diferentes territórios, possui uma riqueza de significados e complexidades quando analisada sob a ótica sociológica, antropológica, econômica e política. Cada disciplina oferece uma perspectiva única para compreender a dinâmica desse espaço de vida singular (URIBE, 2019).

Do ponto de vista antropológico, a fronteira é um campo fértil para estudar as relações entre grupos humanos e sua adaptação às diferentes condições ambientais, políticas e

sociais. Os antropólogos exploram como as práticas culturais, os sistemas de parentesco, a economia e as estruturas sociais se desenvolvem e se transformam nessas regiões de contato.

Na esfera econômica, a fronteira é um centro de atividades comerciais e econômicas, onde ocorrem trocas de bens, serviços e capital entre nações. Pode ser um local de oportunidades e desafios, influenciando o desenvolvimento econômico das regiões fronteiriças e, por extensão, dos países envolvidos. Questões como tarifas, políticas comerciais e infraestrutura desempenham um papel fundamental na configuração do panorama econômico nesses espaços (URIBE, 2019).

No âmbito político, a fronteira representa uma linha que separa diferentes jurisdições, leis e governanças. É um ponto de regulação, onde as autoridades de cada lado exercem sua soberania e controle. Questões políticas, diplomáticas e de segurança são centrais nas discussões sobre fronteiras, podendo levar a conflitos ou cooperação entre nações (FEITOSA *et al.*, 2020).

A cooperação entre os países vizinhos é essencial para aproveitar o potencial das regiões de fronteira. Acordos bilaterais e multilaterais podem promover a harmonização de políticas, compartilhamento de recursos e soluções conjuntas para desafios comuns, como migração, segurança e desenvolvimento regional (SILVA, 2020).

As fronteiras frequentemente englobam áreas de importância ecológica e biodiversidade. Políticas de preservação e uso sustentável desses recursos podem não apenas proteger o meio ambiente, mas também criar oportunidades econômicas, como o ecoturismo e a comercialização responsável de produtos naturais (FEITOSA *et al.*, 2020).

Promover a inovação tecnológica nas regiões de fronteira pode impulsionar setores como agricultura, mineração e energia. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como a criação de parques tecnológicos, podem atrair investidores e estimular a criação de empregos qualificados. Políticas de educação e capacitação podem elevar o nível de habilidades da população local, aumentando a empregabilidade e o empreendedorismo, o que pode impulsionar o desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2021).

Incentivar a integração econômica e cultural entre as regiões fronteiriças e os países vizinhos é estratégico. Acordos de livre comércio, programas de intercâmbio cultural e projetos de cooperação podem fortalecer as relações, minimizando conflitos e maximizando o potencial conjunto (SILVA, 2020).

### 2.1.1 A fronteira como uma fenda para o caos social

As regiões de fronteira frequentemente representam uma fenda para o caos social devido à sua complexidade e natureza dinâmica. Caracterizadas por uma mistura de culturas, línguas e identidades, essas áreas muitas vezes enfrentam desafios únicos que podem resultar em instabilidade e conflitos. Questões como o contrabando, tráfico de drogas, migração desordenada e disputas territoriais podem exacerbar as tensões sociais e econômicas, criando um ambiente propício para a criminalidade, violência e marginalização. Além disso, a presença de múltiplos atores governamentais e não governamentais, com jurisdições sobrepostas e diferentes agendas políticas, pode dificultar a coordenação e cooperação na gestão de questões transfronteiriças, exacerbando ainda mais os problemas locais.

Tais regiões, frequentemente sofrem de desenvolvimento desigual em relação ao restante dos países envolvidos, a exemplo da falta de infraestrutura adequada, acesso limitado a serviços públicos básicos e oportunidades econômicas limitadas podem perpetuar ciclos de pobreza e marginalização. A negligência estatal em relação a essas áreas pode criar um ambiente propício para o surgimento de problemas sociais e econômicos (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

Uma das questões mais prementes nas regiões de fronteira é o contrabando de mercadorias e o tráfico de drogas e armas. A geografia muitas vezes acidentada e a vastidão das áreas fronteiriças tornam a fiscalização extremamente difícil. A presença de limites legais e culturais distintos entre os países adjacentes também pode facilitar essas atividades ilegais, minando a segurança e a estabilidade (MENDES RODRIGUES, 2023).

O Brasil adota uma postura distinta em relação a outros países da América Latina no que diz respeito ao porte legal de armas e à regulamentação das drogas, tanto legais quanto ilegais. Em termos de armamento, o Brasil possui leis rigorosas que regulam a posse e o porte de armas de fogo, exigindo autorização prévia e cumprimento de requisitos específicos para sua aquisição e registro.

Em contraste, alguns países da América Latina têm adotado abordagens diferentes em relação a essas questões. Por exemplo, Uruguai e Argentina implementaram políticas mais liberais em relação à maconha, legalizando seu uso recreativo e/ou medicinal. Enquanto isso, em relação ao porte de armas, países como os Estados Unidos têm leis mais permissivas em comparação com o Brasil.

Portanto, embora haja variações nas políticas de armamento e drogas entre os países da América Latina, o Brasil tende a adotar uma abordagem mais restritiva em relação ao porte de armas e uma postura predominantemente repressiva em relação às drogas ilegais, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de abordagens mais amplas para enfrentar esses desafios complexos.

A localização entre esses países e suas divisões, muitas vezes gera movimentos populacionais significativos. Migração de trabalho, refugiados e deslocamentos podem ocorrer nas regiões de fronteira. A gestão adequada desses fluxos é complexa e pode impactar as dinâmicas demográficas, econômicas e sociais das áreas fronteiriças e dos países vizinhos. Desse modo, fronteiras ambíguas ou historicamente contestadas podem dar origem a disputas territoriais. Esses conflitos, alimentados por fatores étnicos, culturais e históricos, podem gerar tensões diplomáticas e até mesmo levar a confrontos armados. A complexidade dessas disputas é aumentada quando os interesses de diferentes grupos étnicos ou culturais se sobrepõem às fronteiras nacionais (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

Outrossim, as questões ambientais também desempenham um papel crucial nas regiões de fronteira. Muitas vezes, recursos naturais, como rios, florestas e ecossistemas, se estendem para além das fronteiras nacionais. A exploração desigual desses recursos e os desafios ambientais podem gerar tensões entre os países vizinhos. A falta de coordenação na gestão e na preservação pode resultar em degradação ambiental transfronteiriça. Enfrentar esses desafios exige cooperação internacional e abordagens integradas. A promoção do desenvolvimento sustentável nessas regiões requer esforços coordenados entre os países envolvidos, a fim de garantir segurança, igualdade de oportunidades, preservação ambiental e resolução pacífica de conflitos.

Governos podem estabelecer zonas econômicas especiais em regiões de fronteira, oferecendo incentivos fiscais e regulatórios para atrair investimentos e estimular o crescimento econômico. Essas políticas podem aproveitar a localização estratégica das fronteiras para facilitar o comércio internacional, a manufatura e o desenvolvimento industrial. Investir em infraestrutura é crucial para superar as disparidades de desenvolvimento nas regiões de fronteira. Melhorar estradas, redes de transporte, energia e comunicações pode aumentar a conectividade e atrair investimentos. Isso também contribui para a integração dessas áreas aos mercados nacionais e internacionais (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014).

As regiões de fronteira se configuram como autênticos laboratórios de processos integrativos, marcados por um conjunto de disparidades e desigualdades. Nesses contextos, é evidente a fluidez de conceitos como nação, país, soberania, identidade e cultura – frequentemente, a dinâmica desses elementos transcende a rigidez que os Estados nacionais, com sua ênfase na lógica de poder e controle territorial, tentam impor às suas linhas limítrofes (SILVA, 2020).

Portanto, as regiões de fronteira exigem uma abordagem holística e colaborativa que leve em consideração as diversas dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas, a fim de prevenir e mitigar os riscos de caos social e promover a estabilidade e desenvolvimento sustentável nessas áreas.

## 2.2 A América Latina no Continente Americano

A América Latina, localizada no sul do continente americano, é uma região rica em diversidade cultural, geográfica e histórica. Estendendo-se desde a fronteira sul dos Estados Unidos até a ponta sul da América do Sul, abrange uma vasta gama de ecossistemas, desde as densas florestas tropicais da Amazônia até as áridas planícies do Deserto do Atacama.

Além disso, a América Latina é lar de uma multiplicidade de povos indígenas, descendentes de europeus, africanos e asiáticos, resultando em uma tapeçaria cultural única. Sua posição estratégica no continente proporciona uma interconexão vital entre as Américas do Norte e do Sul, influenciando não apenas sua dinâmica regional, mas também suas relações globais e comerciais.

Mas a história nem sempre foi como a conhece-se nos dias de hoje. De acordo com Bethell, 2009.

Os governos brasileiros do Segundo Reinado (1840-1989) não se identificavam com a América Espanhola, Hispano América ou “América Latina”, e nem com os inúmeros projetos dos países vizinhos de união interamericana. O Brasil, com sua costa Atlântica imensa, pertencia ao mundo atlântico, e suas principais ligações políticas e econômicas eram com a Grã-Bretanha, enquanto suas ligações culturais eram com a França e, em menor proporção, com Portugal. Portanto, diferentemente da maioria das repúblicas hispano-americanas, o Brasil não se sentia ameaçado pelos Estados Unidos, e menos ainda pela França e pela Espanha. As relações entre o Brasil e seus vizinhos hispano-americanos, os quais, de acordo com os diplomatas brasileiros, faziam parte da “América Meridional” ou simplesmente “América do Sul”,<sup>16</sup> eram muito limitadas nesse período. (BETHELL, 2009, p. 295)

No início de sua história colonial e independência, o Brasil demonstrou uma certa resistência em se identificar plenamente como parte integrante da América Latina. Essa

resistência pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo diferenças culturais, econômicas e políticas em relação aos países vizinhos.

Culturalmente, o Brasil foi profundamente influenciado pela colonização portuguesa, estabelecendo laços mais estreitos com a Europa e, em menor medida, com a África, do que com seus vizinhos latino-americanos. Essa conexão histórica contribuiu para uma percepção de distinção e excepcionalismo em relação aos demais países da região.

Economicamente, durante grande parte do período colonial e imperial, o Brasil se concentrava na produção e exportação de produtos agrícolas, especialmente açúcar, café e borracha, em detrimento de laços econômicos mais estreitos com seus vizinhos latino-americanos. Além disso, a introdução do sistema de plantation e a escravidão moldaram uma economia e sociedade distintas daquelas dos países vizinhos, que frequentemente dependiam de estruturas coloniais e latifundiárias semelhantes.

Politicamente, o Brasil também exibiu uma tendência a se distanciar dos movimentos e conflitos que marcaram a história da América Latina no século XIX, como as guerras de independência e as lutas por autodeterminação. Em vez disso, o país buscou manter uma posição de neutralidade e estabilidade política, tanto internamente quanto em suas relações exteriores.

De acordo com Mignolo (2007 *apud* QUENTAL, 2012):

O conceito de América Latina surge associado à noção de “latinidade”, forma encontrada pelos franceses de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América, ao mesmo tempo em que confrontavam a franca expansão dos Estados Unidos. A partir de então, a designação “latina”, explica Mignolo: “foi introduzida pela intelectualidade política francesa e usada na época para traçar as fronteiras, tanto na Europa, como nas Américas, entre anglo-saxônicos e latinos” (MIGNOLO, 2007, *apud* QUENTAL, 2012, p.64)

De acordo com Feres Júnior (2005), grifo do autor, durante o governo de Napoleão III na França (1852-1870), surgiu o panlatinismo, uma doutrina que preconizava a unificação dos povos de origem latina sob a liderança e influência francesas. Nessa perspectiva, ideólogos como Michael Chevalier<sup>3</sup> argumentavam que cabia à França a missão de restabelecer as nações latinas como protagonistas da história da civilização humana, diante dos povos germânicos e anglo-saxões.

No entanto, ao longo do tempo, especialmente no século XX, o Brasil começou a reconhecer cada vez mais sua identidade e vínculos com a América Latina, participando de organizações regionais e buscando maior integração econômica e política com seus vizinhos. Hoje, embora ainda haja desafios e diferenças, o Brasil geralmente é considerado uma parte importante e influente da América Latina, participando ativamente de iniciativas e discussões regionais.

---

<sup>3</sup> Michael Chevalier foi um economista, escritor e político francês do século XIX. Ele é conhecido por suas contribuições para o pensamento econômico e social da época, bem como por seu papel como ideólogo do panlatinismo. Chevalier foi um defensor fervoroso da unidade dos povos de origem latina, defendendo a liderança francesa nesse processo. Ele acreditava que as nações latinas deveriam ser conduzidas pela França para retomar sua posição de destaque na história da civilização humana, especialmente em contraste com os povos germânicos e anglo-saxões. Suas ideias exerceram influência significativa no contexto político e intelectual da França durante o período do Segundo Império, sob Napoleão III.

A localização geográfica da América Latina não apenas moldou sua história e identidade, mas também continua a desempenhar um papel fundamental em seu desenvolvimento econômico, político e social.

### 2.3 *Cooperações e cooperados na América Latina*

Na América Latina, as dinâmicas de cooperação assumem uma variedade de formas e abrangem uma ampla gama de atores, desde governos nacionais e organizações internacionais até organizações não governamentais e comunidades locais. A cooperação na região muitas vezes reflete tanto interesses comuns quanto desafios compartilhados pelos países latino-americanos, incluindo questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Governos e agências internacionais frequentemente colaboram em projetos de cooperação técnica e assistência financeira, visando fortalecer instituições, promover o intercâmbio de conhecimentos e facilitar o desenvolvimento de capacidades.

Além disso, organizações da sociedade civil desempenham um papel significativo na promoção da cooperação horizontal e na defesa de interesses comuns, especialmente em áreas como direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A diversidade de atores envolvidos nas cooperações latino-americanas reflete a complexidade das relações regionais e a necessidade de abordagens colaborativas e inclusivas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento na região.

De acordo com Araújo (2017):

É a realização da cidadania que orienta e conduz os processos de desenvolvimento enquanto instrumentos para a promoção da integração entre os povos. Os aspectos internos e peculiares de cada parte envolvida no processo de combate à criminalidade (Estados, sociedade e organismos internacionais) são tomados em consideração, de sorte que se reconhece a necessidade de atendimento dos aspectos formais indispensáveis à eficiência das políticas de combate à criminalidade sejam produzidos a partir do empenho mais amplo possível. Todavia, esses efeitos apenas podem ser potencializados com a manipulação conjunta dos meios de prevenção — instrumento essencial para se possibilitar a liberdade, a justiça, a paz e o desenvolvimento —, com o protagonismo dos sujeitos sociais e a inclusão social, pautada na equalização social dos indivíduos. (ARAÚJO, 2017, p. 55)

Ainda de acordo com Araújo (2017, p. 56), A cooperação internacional dos Estados latino-americanos é fundada na interdependência e na transnacionalização das questões ligadas ao desenvolvimento socioeconômico, cuja abrangência relaciona-se também à preocupação interna dos Estados, que são complementadas pela implementação de desenvolvimento fundado na equidade, efetivação dos direitos humanos, na sustentabilidade ambiental e na cultura de paz.

Existem diversos tratados e acordos de cooperação na América Latina, abrangendo uma variedade de áreas, desde integração econômica e comercial até segurança, meio ambiente e direitos humanos. Alguns dos tratados mais significativos incluem:



**Quadro 1:** Principais acordos e tratados entre países na América Latina

<b>Tratado de Montevidéu:</b>	Este tratado, também conhecido como Tratado de Montevidéu de 1980, estabeleceu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), uma organização regional que visa promover a cooperação econômica entre os países da América Latina e do Caribe.
<b>Mercado Comum do Sul (Mercosul):</b>	Criado em 1991, o Mercosul é um bloco econômico formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de promover a integração econômica e comercial entre os países membros.
<b>Pacto Andino:</b>	Também conhecido como Comunidade Andina, é um acordo de integração regional entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, com ênfase na cooperação econômica e na promoção do desenvolvimento conjunto.
<b>Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR):</b>	Este tratado, assinado em 1947, estabelece um compromisso de assistência mútua entre os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) em caso de agressão externa.
<b>Protocolo de San Salvador:</b>	Este tratado, parte da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promove a cooperação entre os países latino-americanos para proteger e promover os direitos econômicos, sociais e culturais.

Fonte: Elaboração própria.

Esses são apenas alguns exemplos dos tratados de cooperação na América Latina, demonstrando o compromisso dos países da região em trabalhar juntos para enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento regional.

De acordo com Bandejas (2008):

O conceito de América do Sul, como conceito geopolítico, e não o conceito de América Latina, um conceito étnico, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi que sempre pautou, objetivamente, a política exterior do Brasil, e até a metade do século XX suas atenções concentraram-se, sobretudo, na região do Rio da Prata, ou seja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que conformavam sua vizinhança e com os quais havia fronteiras vivas comuns, i. e, fronteiras habitadas. O entendimento do Brasil era de que havia duas Américas, distintas não tanto por suas origens étnicas ou mesmo diferença de idiomas, mas, principalmente, pela geografia, com as implicações geopolíticas, e esse foi o parâmetro pelo qual se orientou a política exterior do Brasil, que no curso do século XIX se absteve de qualquer envolvimento na América do Norte, Central e Caribe, enquanto resguardava a América do Sul como sua esfera de influência. (BANDEIRAS, p.12, 2008).

Ainda de acordo com Bandejas, 2008, e grifo dos autores, o Brasil representa um vasto espaço econômico por si só, apesar das disparidades entre seus 26 estados. Sua influência internacional é significativa. No entanto, o potencial da América do Sul unificada seria ainda maior. Composta por doze estados contíguos, a região abrigava, em 2007, uma população total de 360 milhões de habitantes, correspondendo a aproximadamente 67% de toda a América Latina e equivalente a 6% da população mundial (6.706.993.152 - estimativa de 2008).

Além disso, havia uma integração linguística considerável, com a maioria dos habitantes falando português ou espanhol. A região também detinha uma das maiores reservas de água doce e biodiversidade do planeta, juntamente com vastas riquezas em recursos minerais, pesca e agricultura. É importante destacar que, além de ter uma população maior que a dos Estados Unidos (303.027.571, estimativa de 2008), o território da América do Sul, com cerca de 17 milhões de quilômetros quadrados, era o dobro do território americano, que possui 9.631.418 quilômetros quadrados.

No cenário político contemporâneo, a relevância do Brasil e da América do Sul como espaços econômicos e demográficos significativos continuam a ser uma consideração importante. O Brasil, como uma das maiores economias do mundo e um ator-chave na região, desempenhando um papel crucial em questões políticas, econômicas e ambientais globais. A partir de 2023, é possível que o país continue a buscar maior integração regional na América do Sul, fortalecendo laços econômicos e políticos com seus vizinhos e colaborando em questões de interesse mútuo, como infraestrutura, comércio e segurança.

Além disso, a América do Sul como um todo pode desempenhar um papel mais proeminente no cenário internacional, especialmente em questões como mudanças climáticas, conservação ambiental e cooperação regional. Com uma população significativa e vastos recursos naturais, a região pode se tornar uma voz mais influente em fóruns globais e iniciativas de cooperação internacional.

### 3 Conclusão

A luz de pesquisas contemporâneas, que marcam a veracidade e historicidade dos fatos, em nível histórico, geográfico, e econômico, a análise sobre a cooperação transfronteiriça na América Latina evidencia a complexidade inerente aos processos de integração regional, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades subjacentes. Ao considerar questões que vão desde as disparidades socioeconômicas até as diferenças culturais e políticas entre os países da região, torna-se evidente a necessidade de abordagens multifacetadas e colaborativas para promover uma cooperação efetiva.

Em primeiro plano, o trabalho não dissemina da ideia de que colaborações em torno dessa parte do continente não existam, muito pelo contrário, são essas cooperações que dão nome a América Latina. Embora os desafios possam ser significativos, como demonstrado pelas dificuldades de coordenação e implementação de políticas transfronteiriças, há também um potencial considerável para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas que abordem questões comuns, como a infraestrutura de transporte, o comércio transfronteiriço e a gestão de recursos naturais compartilhados.

Nesse contexto, a cooperação transfronteiriça emerge como um instrumento vital para fortalecer os laços entre os países latino-americanos, promovendo a coesão regional e contribuindo para o avanço do desenvolvimento sustentável e da estabilidade na região. No entanto, é crucial reconhecer a necessidade de políticas e estratégias adaptáveis e inclusivas, que levem em conta as diversas realidades e interesses das partes envolvidas, a fim de garantir resultados duradouros e mutuamente benéficos.

Portanto, o desafio para os atores envolvidos na cooperação transfronteiriça na América Latina reside em encontrar um equilíbrio entre a preservação da soberania nacional e a busca por objetivos comuns, em prol do bem-estar e progresso de toda a região.

## Referências

- ARAÚJO, Jailton Macena de. Cooperação penal e combate à criminalidade internacional no contexto do desenvolvimento social da América Latina. **Revista Nomos**, vol.37, n.1, p.51-74, 2017.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Temas & Matizes**, v. 7, n. 14, p. 9-32, 2008.
- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 22, p. 289-321, 2009.
- CANDEIAS, Fernando Jorge Gomes. **O papel das agências FRONTEX e EUROPOL no (s) Mediterrâneo (s). Gestão dos fluxos migratórios e dos riscos associados no contexto político da União Europeia** (2009/2019). 2020.
- DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. A latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**, v. 14, n. 27, p. 46-75, 2012.
- DE SOUZA, Conceição Marques; DA SILVA, Silvio Simione. INTEGRAÇÃO E CONFLITOS NA FRONTEIRA BRASILEIRA, BOLÍVIA: BREVE RESUMO DAS CIDADES GÊMEAS DO ACRE. **UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, v. 3, n. 2, 2021.
- FEITOSA, Thiago Vinicius Neres; MARTINS, Wesley; JAQUEIRA, Manoela. O acesso à saúde em região fronteira: a tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai em meio à pandemia do coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 4, n. 11, p. 28-41, 2020.
- FERES JÚNIOR, J. A história do conceito de Latin América nos Estados Unidos. Bauru, São Paulo: EDUSC: 2005.
- FERREIRA, Clarisse Mendes Pinto Gomes; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; BRATICEVIC, Sergio Iván. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 1137-1150, 2015.
- MACHADO, Lia Osorio; RIBEIRO, Leticia Parente; DO REGO MONTEIRO, Lício Caetano. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 15-30, 2014.
- MALDONADO, N. Walter Mignolo: una vida dedicada al proyecto decolonial. *Nómadas*, Bogotá, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos (Iesco), nº 26, abril, p.187-194, 2007.
- MIGNOLO, W. D. Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

RODRIGUES, Daiane Mendes; DA SILVA, Silvio Simione; DE FARIAS, Cleilton Sampaio. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA TRI-FRONTEIRA AMAZÔNICA-MADRE DIOS, ACRE E PANDO–MAP. **UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, v. 5, n. 1, 2023.

SCHERMA, Marcio Augusto. As fronteiras nas relações internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 1, n. 1, p. 102-132, 2012.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2021.

URIBE, Simón. Caminhos de fronteira: espaço e poder na história do contraforte amazônico colombiano. **História crítica**, n. 72, p. 69-92, 2019.